

REVISTA BATISTA PIONEIRA

BÍBLIA ▪ TEOLOGIA ▪ PRÁTICA

ONLINE ISSN 2316-686X - IMPRESSO ISSN 2316-462X

Vol. 7 ▪ n. 2 ▪ Dezembro | 2018

AMIZADE DISCIPULADORA NO CRISTIANISMO DOS PRIMÓRDIOS: UMA BREVE INVESTIGAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DE CADA CRISTÃO PERANTE MATEUS 28.19 ATÉ O FIM DO SEGUNDO SÉCULO

Discipling friendship in the Early Christianity: A brief investigation of each Christian's responsibility before Matthew 28.19 until the end of second century

Dr^{ando} Diogo da Cunha Carvalho¹

RESUMO

O presente artigo busca investigar de que forma o cristianismo dos primórdios compreendeu o mandato discipular de Mateus 28.19,20 sob a perspectiva de todo cristão. Analisa como o estabelecimento das igrejas locais a partir de Antioquia e o concomitante surgimento dos papéis definidos de

¹O autor é Gerente de Evangelismo da Junta de Missões Nacionais da Convenção Batista Brasileira e Professor de Missão e Teologia e Missão e Comunicação do Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil / Faculdade Batista do Rio de Janeiro. É Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Campos e em Teologia pela Faculdade Batista do Rio de Janeiro. Também Pós-Graduado em Direito Imobiliário e em Docência do Ensino Superior pela EMERJ-Universidade Estácio de Sá e Pós-Graduado em Direito Público pela Universidade Estácio de Sá. É Mestre em Estudos Teológicos com ênfase em Missiologia pelo Southeastern Baptist Theological Seminary (EUA) e doutorando em Teologia na PUC-Rio. E-mail: diogo@missoesnacionais.org.br O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

pastor e mestre desaguou na cisão do “fazer discípulos” em duas ações: o primeiro anúncio do evangelho, que permaneceu sob a responsabilidade de cada cristão, e a instrução na fé, que passou a ser considerada de competência dos bispos, na qualidade de sucessores dos apóstolos. No entanto, é possível escavar de algumas obras dentre a larga produção textual das comunidades cristãs dos dois primeiros séculos, sobretudo no livro de Atos e na Apologia Maior de Justino Mártir, indícios de que o cristianismo dos primórdios conservou o elemento relacional da missão de todo cristão subjacente a Mateus 28.19. Ao final, propõe o conceito que denomina amizade discipuladora, o qual seria aplicável a cada cristão da atualidade e consistente com as fontes bíblicas e patrísticas da missão discipuladora individual dos seguidores de Jesus.

Palavras-chaves: Amizade discipuladora. Cristianismo primitivo. Discipulado. Mateus 28.19.

ABSTRACT

To investigate the way the early Christianity understood the discipleship mandate of Mathew 28:19 is the central focus of this article. It analyses how far the establishment of local churches from Antioch and the concomitant appearance of defined rolls of pastor and master resulted in a peculiar missiology. This missiology separated disciple-making in two actions: the initial proclamation, which remained under the responsibility of every Christian, and the instruction on the faith, that came to be a bishop’s competence, as he was considered the successor of the apostles. However, it’s possible to dig from some works among the abundant production of the first two centuries Christian literature, mainly the New Testament and the Justin the Martyr’s First Apology, evidences that the early Christianity preserved the relational element of every Christian’s mission behind Mathew 28:19. Finally, the article proposes a concept called, “discipling friendship”, which would be applicable to every Christian today and coherent with the biblical and patristic source of the individual discipleship mission of Jesus’ followers.

Keywords: Discipling friendship. Early Christianity. Discipleship. Matthew 28:19.

INTRODUÇÃO

Em 2013, Francisco, atual papa da Igreja Católica, publicou uma exortação

apostólica intitulada *Evangelii Gaudium*². Nela, comentando Mateus 28.19, argumenta que “em virtude do Baptismo recebido, cada membro do povo de Deus tornou-se discípulo missionário”. Contudo, quem hoje lê tal declaração dificilmente se dá conta do quanto o emprego dessa passagem como fundamento para um mandato discipular³ atribuído a todos os cristãos reacende um debate instigante na história da missiologia e proporciona uma reflexão significativa para este tempo. Embora a relação entre Mateus 28.19 e a missão de cada cristão pareça óbvia, consagrada até mesmo no magistério pontifício católico, ela nem sempre foi acolhida na teologia da missão no decurso dos séculos. O que é “lugar-comum” hoje, na verdade traduz o redescobrimto de um princípio de evangelização da Igreja Primitiva que jazeu soterrado por séculos de clericalismo: que todo cristão é – e deveria ser –, ao mesmo tempo, um discípulo e um discipulador; não apenas no sentido do primeiro anúncio do evangelho, mas no acompanhamento pessoal do novo seguidor de Jesus, ensinando-lhe a observar todas as coisas que o Senhor Jesus Cristo ordenou (cf. Mt 28.19,20).

Mas, até que ponto essa dimensão missionária do discipulado cristão já evoluiu para devolver ao leigo – não no sentido de uma função eclesial institucionalizada para a qual poucos são nomeados, mas a todo leigo – essa prerrogativa e a incumbência de fazer discípulos? Será que já se perscrutaram todas as implicações de afirmar-se que cada membro da Igreja – e não apenas os apóstolos, bispos ou catequistas, especialmente vocacionados para esse fim – é destinatário da ordem de Jesus em Mateus 28.19, de “fazer discípulos”? Quais seriam os contornos teológicos e pastorais de um verdadeiro discipulado missionário⁴?

²Papa Francisco. **Evangelii Gaudium** (EG) (24. Nov. 2013). Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html>. Acesso em 12 de novembro de 2018. §120.

³Por mandato discipular entenda-se a missão, outorgada pelo Senhor Jesus em Mateus 28.19, de “fazer discípulos”, isto é, tornar outras pessoas discípulas de Jesus, ensinando-as a guardar tudo o que ele ordenou. Importante diferenciar, aqui, o mandato discipular do mandato evangelístico, o qual poderia ser mais bem deduzido de Marcos 16.15 e Lucas 24.47 (que trazem explicitamente o verbo “pregar”). Embora a missão cristã inclua o anúncio da Boa-Nova, Mateus 28.19 parece acrescentar um elemento relacional que vai além da proclamação: para “fazer discípulos” o cristão é chamado a desenvolver relacionamentos discipuladores em um processo de influência por amizade de longo prazo espelhada no modelo discipular de Jesus. Para aprofundamento nesse conceito, conferir o livro de autoria deste articulista, *Relacionamento Discipulador: uma teologia da vida discipular*. Rio de Janeiro: Junta de Missões Nacionais, 2015.

⁴Expressão veiculada em 1991 por BOSCH, David J. **Missão transformadora: mudanças de paradigma na teologia da missão**. 3. ed. São Leopoldo: EST/Sinodal, 2002, p. 108.

Essas indagações, se é que ainda não foram feitas, virão à tona em algum momento e exigirão uma resposta. Longe de esgotá-las neste breve ensaio, busca-se propor, como ponto de partida para a discussão, que, nos dois primeiros séculos da era cristã, o “fazer discípulos” integrava a missão particular do cristão, e que essa missão não foi abolida mesmo depois da instituição de mestres, pastores, bispos e catequistas nas comunidades eclesiais. Em outras palavras, pretende-se demonstrar que o ensino formal nas igrejas cristãs por parte de ministros dotados do carisma de mestre⁵ jamais deveria ter tido o condão de substituir a missão discipuladora de todo cristão.

1. O “FAZER DISCÍPULOS” NA PERSPECTIVA DE TODO CRISTÃO SEGUNDO ATOS DOS APÓSTOLOS

Se é verdade que o texto de Mateus 28.19 constitua, hoje, uma das mais expressivas motivações – se não a maior delas – para o cumprimento do mandato evangelístico da Igreja, não foi assim no início da era cristã. Com razão, segundo nota René Padilla, a clássica Grande Comissão de Mateus é citada nos escritos cristãos somente do segundo século. O autor explica: “a difusão do evangelho nos primeiros séculos não foi resultado de uma obediência a uma nova ‘lei’, com uma atitude legalista. Mais do que isso, foi uma expressão da nova vida comunicada pelo Espírito e naturalmente comunicadora por inspiração do próprio Espírito”⁶. Ao que parece, a multiplicação de discípulos por parte de todos os cristãos, sob o impulso e a capacitação do Espírito Santo, foi tão natural que não requereu que alguém escrevesse para exortá-los a desempenhá-la. Bem, ninguém precisa ser admoestado a fazer o que já faz com naturalidade. Não seria demais dizer que toda essa ênfase dada hoje ao discipulado missionário denuncie, na realidade, a falta de vivência discipuladora por parte dos cristãos da atualidade. Só precisamos falar em “fazer discípulos” porque a maioria de nós não está fazendo. Mas não foi assim entre os primeiros seguidores de Jesus.

Sabe-se, pelo Novo Testamento, que os cristãos dispersos na perseguição que se deflagrou pela morte de Estêvão “iam por toda a parte, anunciando a palavra” (At 8.4). Se é fato que o início da Igreja em Jerusalém foi marcado pela liderança dos apóstolos na pregação pública, também o é que a disseminação

⁵ Cf. At 13.1, Rm 12.7, 1Co 12.28, Gl 6.6, Ef 4.11 e Tg 3.1.

⁶ PADILLA, René C. **O que é missão integral?** Viçosa: Ultimato, 2009, p. 32.

do cristianismo para além das fronteiras de Israel se deveu, em grande parte, a discípulos “comuns”, os quais seguiram proclamando o Evangelho por todas as cidades para onde foram espalhados. Uma delas foi Antioquia (cf. At 11.19ss.), onde os seguidores de Jesus passaram a ser reconhecidos como “cristãos” (cf. At 11.26).

Muito embora essa tenha sido uma designação que lhes foi atribuída pelos pagãos, Lucas considerou-a como uma inovação terminológica que mereceu registro (“pela primeira vez”), sugerindo que houve uma posterior assimilação do termo por parte das igrejas. Tendo sido cunhado pela sociedade grega de Antioquia, o nome “cristãos” identificou os pertencentes àquela estranha “seita” pelo que se lhes podia ser conhecido, isto é, pelo que faziam e falavam. Irineu (c.130-202d.C.), padre asiático, assinalou que, em Antioquia, “os discípulos do Senhor foram chamados cristãos por causa da sua fé em Cristo”.⁷ Aristides de Atenas (Séc. II) declarou que foram assim chamados todos os que, tendo ouvido o ensino dos apóstolos sobre a grandeza de Cristo, “ainda serv[iam] à justiça da sua pregação”⁸. Perceba-se, desde já, que nem Irineu nem Aristides delimitam essa profissão de fé aos doutores ou mestres, sinalizando que o nome “cristãos” surgiu quando os cidadãos de Antioquia começaram a ser expostos à pregação veiculada pela igreja, corporativa e individualmente. Como salienta Werner Jaeger, “o nome da nova seita, *Christianoi*, originou-se na cidade grega de Antioquia, onde estes judeus helenizados encontraram o primeiro campo de atividade de sua missão cristã”.⁹

Outro fenômeno parece ter acompanhado essa mudança de nomenclatura, o qual interessa diretamente à nossa investigação sobre o mandato discipular de Mateus 28.19. Para Gerd Theissen, um dos fatores que justificam o acolhimento da nova terminologia pela Igreja encontra-se no fato de “discípulo” ser uma designação ligada ao estilo de discipulado itinerante de Jesus e, em Antioquia, a Igreja não demorou a se fixar como uma comunidade local.¹⁰ John Stott oferece outra explicação, porém igualmente associada ao estabelecimento de uma igreja estática: assim como a própria cidade, a

⁷ IRINEU DE LIÃO. *Contra as heresias*. São Paulo: Paulus, 1995, p. 302.

⁸ PADRES APOLOGISTAS. São Paulo: Paulus, 1995, p. 51 (15.2).

⁹ JAEGER, Werner. *Cristianismo primitivo e paideia grega*. Santo André, SP: Academia Cristã, 2014, p. 15.

¹⁰ THEISSEN, Gerd. *Sociologia do Movimento de Jesus*. 2. ed. São Leopoldo, RS: Sinodal, 1997, p. 34.

Igreja seria uma comunidade internacional e o nome “cristãos” indicaria que as diferenças étnicas haviam sido superadas por sua lealdade comum a Cristo.¹¹ Em Antioquia, a igreja se consolidou e se estabeleceu, e as noções de “discípulo” e de “fazer discípulos”, que eventualmente reverberavam o espírito missionário de Mateus 28.19, associaram-se às missões itinerantes, que, aliás, ganharam novo fôlego na própria Igreja de Antioquia com o envio de Barnabé e Saulo como missionários (cf. At 13.1ss).

Ao tempo em que Barnabé e Saulo saíam pela Ásia Menor e faziam muitos discípulos (cf. At 14.21), a comunidade de Antioquia sancionava a repartição de dons e ministérios, inclusive separando mestres (ou doutores) para a função especial de ensinar (cf. At 13.1). A figura do mestre como alguém dotado de carisma especial para ensinar na Igreja já havia sido mencionada nas epístolas paulinas, como antes observado (v. nota 4). A Didaqué (c.70-120d.C.) também reconheceu a coexistência, na Igreja primitiva, de apóstolos, profetas e mestres, apesar de não distinguir nitidamente o que competiria a cada um deles, uma vez que todos ensinavam o Evangelho.¹² André Lemaire distingue esses três ministérios, esclarecendo que, enquanto os apóstolos eram missionários enviados a anunciar a Boa-Nova onde ela ainda não era conhecida e os profetas se distinguiam pelo “falar em Espírito”, os doutores garantiam um “ensinamento mais sistemático, baseado sobre as Escrituras, à maneira dos rabinos judeus desta época”¹³

2. O “FAZER DISCÍPULOS” NA PERSPECTIVA DO MESTRE E A MISSÃO DE CADA CRISTÃO

Com o estabelecimento dos cristãos em igrejas locais em cidades gregas – Antioquia, em particular¹⁴ –, o ensino do Evangelho passou a ser exercido precipuamente por aqueles que, dotados de um carisma especial, assumiram

¹¹ STOTT, John. **O discípulo radical**. Viçosa-MG: Ultimato, 2011, p. 10. O teólogo inglês assevera, ainda: “Talvez, de alguma forma, deveríamos ter continuado a usar a palavra ‘discípulo’ nos séculos seguintes, para que os cristãos fossem discípulos de Jesus de maneira consciente e levassem a sério a responsabilidade de estar ‘sob disciplina’” (STOTT, 2011, p. 10).

¹² **PADRES APOSTÓLICOS**. São Paulo: Paulus, 1991, p. 355. Comentando a Didaqué 15,2, Gerd Theissen também sustenta que “os bispos e diáconos eleitos pelas comunidades locais ficam claramente pospostos aos carismáticos itinerantes eleitos” (THEISSEN, 1997, p. 25).

¹³ LEMAIRE, André. **Os ministérios na Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1997, p. 21.

¹⁴ Geo. W. McDaniel afirma que “o espírito de evangelismo de Antioquia mudou para lá o centro do cristianismo”. In: MCDANIEL, Geo. W. **As igrejas do Novo Testamento**. 4. ed. Rio de Janeiro: JUERP, 1982, p. 38.

a função de pastor ou mestre na comunidade de fé. Ao mesmo tempo, os missionários viajantes (apóstolos) perdiam gradualmente sua importância, embora Adolf Harnack lembre que, nesse período, “alguns mestres permaneciam residentes em uma localidade específica, enquanto outros viajavam como missionários”.¹⁵ Gerd Theissen salienta:

A transição do movimento de Jesus palestinese para o cristianismo primitivo helenístico está relacionada com uma profunda reestruturação dos papéis. Enquanto no cristianismo primitivo palestinese as autoridades decisivas eram os carismáticos itinerantes, no âmbito helenístico o peso se transferiu para as comunidades locais. As autoridades ali residentes tornaram-se os personagens determinantes do cristianismo primitivo, primeiramente como órgãos colegiados, e já no início do séc. II como episcopado monárquico (Inácio de Antioquia). Os sucessores dos carismáticos itinerantes da cristandade primitiva, porém, caíram cada vez mais em descrédito, como revela a Terceira Epístola de João.¹⁶

É provável que, já no final do século I, o papel de mestre já estivesse reservado a um bispo ou presbítero, o qual presidia a comunidade e a instruía oficialmente (cf. 1Tm 5.17). Em paralelo a isso, formava-se uma teologia que consagrava os bispos como sucessores dos apóstolos. Em sua Primeira Carta aos Coríntios, redigida três décadas depois da morte de Paulo, Clemente de Roma (35-97d.C.) já assinalava que “nossos apóstolos conheciam, da parte do Senhor Jesus Cristo, que haveria disputas por causa da função episcopal. Por esse motivo, prevendo exatamente o futuro, instruíram aqueles de quem falávamos antes, e ordenaram que, por ocasião da morte desses, outros homens provados lhes sucedessem no ministério”¹⁷. Inácio de Antioquia (35-c.110d.C.), no limiar da formação da hierarquia da Igreja, também sinalizava que “o bispo é o mestre responsável pelos fiéis”.¹⁸ Escrevendo aos tralianos, Inácio confirma a autoridade dos presbíteros ao recomendar àquela Igreja que os respeitassem “como à assembleia dos apóstolos”.¹⁹ Irineu disse, um pouco mais tarde, que “Deus estabeleceu presbíteros para ensinar a verdade com fidelidade, como

¹⁵ Referenciado por HINSON, E. Glenn; SIEPIERSKY, Paulo. **Vozes do cristianismo primitivo**. São Paulo: SEPAL, p. 10.

¹⁶ THEISSEN, 1997, p. 93.

¹⁷ PADRES APOSTÓLICOS, 1991, p. 54,55 (44.1,2).

¹⁸ Idem, p. 78.

¹⁹ Idem, p. 98 (3.1).

sucessor dos apóstolos”.²⁰

Como se pode ver, a compreensão de que Mateus 28.19,20 apresenta uma tarefa reservada aos apóstolos e seus sucessores (bispos e presbíteros), e não a todo cristão, parece nascer nesse período, mediante a amálgama de dois fatores: a consolidação da divisão de ministérios nas igrejas locais – em particular, o de mestre – e a difusão do entendimento de que os bispos seriam sucessores dos apóstolos e, nessa qualidade, responsáveis pela transmissão dos ensinamentos de Jesus Cristo ao restante do povo de Deus. Luiz Alves de Lima indica o segundo século como o marco do surgimento do que chama de catecumenato institucionalizado, por meio do qual o bispo se torna o “o catequista” dos fiéis, pelo que assume o papel exclusivo de quem instrui a igreja na condição de sucessor dos apóstolos.²¹

Tudo isso não significa, todavia, que o papel de cada cristão como um fazedor de discípulos tenha desaparecido completamente nesses primeiros séculos da experiência cristã. Como disse Harnack, “não podemos hesitar em crer que a grande missão do cristianismo, na verdade, foi executada por meio de missionários informais”²². Michael Green sublinha o fato de que, desde a origem, o cristianismo foi um movimento de “leigos”, e continuou assim por muito tempo. De forma sugestiva, o autor chama esses crentes de missionários “amadores”, e explica que eles conquistavam novos discípulos para Jesus Cristo por meio de seu exemplo, sua comunhão, seu caráter transformado, sua alegria, sua perseverança e seu poder.²³ Com razão, é difícil conceber tamanha disseminação da fé cristã nos primeiros séculos sem a participação dos cristãos “comuns” na evangelização e sem que essa evangelização fosse corroborada por uma retidão de conduta coerente com os ensinamentos de Jesus. Michael Green coloca desta forma:

Todos os membros da irmandade sabiam que sua tarefa era fazer todo o possível para levar o evangelho a outros. Naturalmente a vida dos cristãos passou a ser observada de perto. A verdade de suas alegações deve ter sido confirmada amplamente pela qualidade de vida

²⁰ IRINEU DE LIÃO, 1995, p. 452 (26.5).

²¹ LIMA, Luiz Alves de. **A catequese do Vaticano II aos nossos dias**. São Paulo: Paulus, 2016, p. 27.

²² Citado por GREEN, Michael. **Evangelização na igreja primitiva**. São Paulo: Vida Nova, 2000, p. 213.

²³ GREEN, 2000, p. 213.

que levavam. Por esta razão é que a ligação entre missão e santidade de vida recebe tanto destaque no Novo Testamento e na literatura do segundo século.²⁴

Não é coincidência que os temas da imitação e do exemplo – atrelados à efetividade da evangelização – estejam tão presentes no Novo Testamento, notadamente nos escritos paulinos.²⁵ Espírito semelhante é encontrado nos Pais Apostólicos. Escrevendo aos filipenses, Policarpo de Esmirna (69-155d.C.) exorta-os a imitar a perseverança de Cristo de tal maneira que “a vossa conduta seja irrepreensível entre os pagãos, para que recebais louvor, pelas vossas boas obras”.²⁶ Inácio, dirigindo-se aos efésios, convoca-os a atrair discípulos para si por meio de sua conduta: “Rezai sem cessar pelos outros homens, pois neles há esperança de conversão, a fim de que alcancem a Deus. Deixai que, ao menos por vossas obras, eles se tornem vossos discípulos”.²⁷ Ele, o bispo de Antioquia que vindicava sua autoridade de mestre sobre os fiéis, também reconheceu que todo cristão era chamado a se tornar imitável perante as pessoas de modo a fazer com que se tornassem seus discípulos. Luiz Alves de Lima ressalva que, mesmo que o bispo tenha se fixado no segundo século como o “catequista oficial”, nessa época os demais cristãos exerciam importante papel na formação do discípulo:

A comunidade também apoiava com o testemunho. Aquele que se apresentava para ser cristão era levado por um ou vários irmãos (instrutores, introdutores, acompanhantes) que garantiam perante a comunidade as boas intenções do candidato e que este tinha possibilidade de conversão. Estes que introduziam na comunidade, chamados mais parte de padrinhos, eram responsáveis pelo primeiro anúncio. Guiavam e controlavam a mudança de vida dos candidatos e os acompanhavam até que o bispo os chamasse para tomar parte do número daqueles que se preparavam para o Batismo: então, tornavam-se catecúmenos.²⁸

Uma passagem da Apologia Maior de Justino Mártir (c.100-165d.C.), a qual será analisada adiante, também traz indícios de que, ainda no segundo

²⁴ GREEN, 2000, p. 218.

²⁵ Cf. 1Co 4,16 e 11,1; Ef 5,1; Fp 3,17; 1Ts 1,6 e 2,14; 2Ts 3,7-9.

²⁶ PADRES APOSTÓLICOS, 1991, p. 144 (10.2).

²⁷ PADRES APOSTÓLICOS, 1991, p. 85 (10.1) (ênfase adicionada).

²⁸ LIMA, Luiz Alves de. **A catequese do Vaticano II aos nossos dias**. São Paulo: Paulus, 2016. p. 28.

século, os cristãos leigos estavam engajados na missão de fazer discípulos e ensinar o evangelho, sobretudo por meio da imitação e do exemplo, tarefa essa que não se restringia aos bispos e mestres.

3. APOLOGIA MAIOR DE JUSTINO: INDÍCIOS DE UM MANDATO DISCIPULADOR DE TODO CRISTÃO EM CONCOMITÂNCIA À FUNÇÃO ECLESIAL DE MESTRE

Justino foi um significativo apologista do século II, talvez o melhor deles²⁹. Desde a juventude, demonstrou profundo interesse pela filosofia, tendo passado por várias correntes de pensamento até ser convencido pelos ensinamentos de Jesus Cristo. Esses ensinamentos lhe foram apresentados por um discípulo idoso de identidade desconhecida, possivelmente leigo, conforme os capítulos 3 a 7 de seu Diálogo com Trifão.³⁰ Em Cristo, Justino encontrou a filosofia perfeita. Em suas palavras, “refletindo comigo mesmo sobre os raciocínios do ancião, cheguei à conclusão de que somente esta é a filosofia segura e proveitosa”.³¹ A partir de então, o apologista se dedicou à expansão e à defesa da religião cristã, valendo-se da paideia grega como instrumento de argumentação.³² Exerceu a maior parte de sua atividade na cidade de Roma, onde liderou uma escola filosófica – da qual Taciano, o Sírio, se destacou como discípulo brilhante.³³ Suas obras são uma tentativa de comunicar-se com uma população de mentalidade filosófica, o que, vale dizer, caracteriza toda a literatura cristã do segundo século. Segundo Jaeger, os escritores do período

não se propõem a falar para massas iletradas, mas eles se dirigiam a pessoas que leem, interessadas em obter melhor informação. Eles falam a poucas pessoas cultas, incluindo governantes do Império Romano. Dirigem-se a eles individualmente como homens de alta cultura (paideia), que enfrentarão o problema com um espírito filosófico.³⁴

²⁹ JUSTINO, Mártir. **Santo Justino de Roma: I e II** apologias: diálogo com Trifão. São Paulo: Paulus, 1995, p. 10.

³⁰ Roque Frangiotti comenta que esse diálogo não deve ser tido como uma “realidade histórica”: “percebe-se que é uma montagem, uma ‘construção literária’. O ancião representa a filosofia originária frente a filosofia grega corrompida” (JUSTINO, 1995, p. 113).

³¹ JUSTINO, 1995, p. 122 (8.1).

³² JAEGER, 2014, p. 22.

³³ PADRES APOLOGISTAS, 1995, p. 57.

³⁴ JAEGER, 2014, p. 39.

No entanto, não se pode dizer que, em Justino, o elemento do amor cristão tenha sido inteiramente substituído pela intelectualidade grega. Conquanto na bibliografia apologética o amor cristão esteja quase sempre ofuscado pela argumentação combativa, ele pode ser reconhecido, em caráter excepcional, pelo apelo efusivo à conversão. Por exemplo, na Carta a Diogneto (c.120d.C.), que é uma espécie de catequese endereçada a um pagão desejoso de conhecer a fé cristã, o autor exorta seu interlocutor a aceitá-la, salientando como a vida se tornará “fértil, rica, valiosa e feliz”.³⁵ Teófilo de Antioquia (morreu em 186d.C.) também relata seu diálogo com Autólico, um pagão de quem buscou tornar-se amigo e a quem escreveu três cartas, muito embora tivesse sido inicialmente tratado com dureza por ele.³⁶ Ao fim de sua primeira carta, Teófilo oferece um testemunho pessoal e apela: “Portanto, não sejas incrédulo, mas acredita. Eu também não acreditava que isso existisse, mas agora, depois de refletir muito, eu creio. [...] Eu te peço: submete-se também a ele, para que, não crendo agora, forçosamente tenhas que crer mais tarde em tormentos eternos”.³⁷ Igualmente, em Justino, percebe-se mais do que uma linguagem de argumentação cordial³⁸: um sincero desejo de ver seus leitores experimentarem o caminho da felicidade, o qual se inicia com a fé em Jesus, o Cristo de Deus”.³⁹ Jaeger considera o diálogo de Justino com o judeu Trifão “um exemplo clássico não de imitação externa de um padrão literário enrijecido, mas de um verdadeiro esforço por parte dos interlocutores para entender um ao outro, em vez de responder questões apenas por motivo de refutação”.⁴⁰

Esse tom afetivo também transparece naquele que é reconhecido como o “primogênito” dos catecismos⁴¹, formulado por Irineu, intitulado Demonstração da Pregação Apostólica. Esse catecismo foi dirigido a um recém-convertido chamado Marciano, com cuja perseverança na fé cristã Irineu revela sua preocupação, ao dizer:

Conheço, caro Marciano, a tua diligência em caminhar

³⁵ PADRES APOLOGISTAS, 1995, p. 17.

³⁶ PADRES APOLOGISTAS, 1995, p. 229 (Segundo livro a Autólico, 1).

³⁷ PADRES APOLOGISTAS, 1995, p. 226 (14).

³⁸ A exemplo da que Irineu utiliza em seus livros Contra as Heresias, dirigido a seu “caríssimo amigo” (I Livro Pr., 2), tratamento que se repete nos prólogos dos Livro II e III.

³⁹ JUSTINO, 1995, p. 324 (142.2).

⁴⁰ JAEGER, 2014, p. 38.

⁴¹ IRINEU DE LIÃO. **Demonstração da pregação apostólica**. São Paulo: Paulus, 2014, p. 9.

no caminho da piedade, que só conduz o homem à vida eterna; me alegro e rezo para que, conservando pura a fé, tu sejas agradecido a Deus, teu Criador. Podíamos estar sempre juntos para nos ajudarmos mutuamente a aliviar as preocupações da vida terrena como uma troca contínua de pensamentos sobre temas úteis. Como estamos longe fisicamente um do outro, decidimos, nos limites do possível, nos entreter por escrito, e te expor brevemente a pregação da verdade, para que te consolides na fé.⁴²

Voltando a Justino, destaca-se de sua obra uma narrativa que pode oferecer elementos – se não decisivos, pelo menos sugestivos – em favor da hipótese de que o cristianismo do segundo século conservou o viés relacional inspirado no mandato discipular, ainda que combinado com aspectos predominantes da paideia grega. Antes de introduzir o texto, reitera-se que os apologistas escreveram para refutar as acusações dirigidas contra os cristãos, o que lhes confere certa tendência de intelectualizar o conteúdo⁴³, muito embora se tenha notado que o elemento afetivo não estivesse completamente ausente. Por isso, como salienta Michael Green, “geralmente os apologistas se caracterizam por uma deterioração infeliz da evangelização amável, cuidadosa, sutil e instrutiva de Lucas, que tentou defender a fé contra as calúnias aproveitando para propagá-las entre os descrentes”.⁴⁴ Se Green estiver certo e essa for uma regra aplicável também a Justino, qualquer indício de um relacionamento de amizade com vista ao discipulado terá caráter excepcional e deverá ser reputado, por esse motivo, valioso para efeito de nossa investigação.

Outro importante pressuposto é que Justino escreve suas Apologias na qualidade de filósofo – cristão, porém sem deixar de ser filósofo.⁴⁵ Logo, qualquer tentativa de desvendar o discipulado cristão a partir dos escritos de Justino deve prevenir-se contra uma interpretação dos termos “mestre” e “discípulo” que ultrapasse seu sentido próprio atribuído pela filosofia grega, afastando-se qualquer aceno impróprio a Mateus 28.19 pelo simples fato de se mencionar tais palavras. Um exemplo é a frequente alusão que Justino faz a Jesus Cristo como “nosso mestre”.⁴⁶ O apologista também se refere

⁴² IRINEU DE LIÃO, 2014, p. 71.

⁴³ HÄGGLUND, Bengt. **História da Teologia**. Porto Alegre: Concórdia, 1981, p. 22.

⁴⁴ GREEN, 2000, p. 277.

⁴⁵ Cf. Diálogo com Trifão 8.2.

⁴⁶ Cf. 4.7, 12.9, 13.3, 14.4, 15.5, 19.6 e 21.1.

aos profetas bíblicos como “nossos mestres”.⁴⁷ Ali, a palavra “mestres” é nitidamente usada em correspondência aos mestres-filósofos, reconhecidos como tais pelos destinatários do documento, homens familiarizados com tal terminologia. Em suma, nem toda menção à relação mestre-discípulo em Justino pode querer dizer algo em termos de um discipulado missionário. Em contrapartida, qualquer escassa menção à eventual amizade de um cristão com outra pessoa visando torná-la uma discípula deve ser garimpada como um possível indicativo da prática de um mandato discipular naquele contexto.

O texto a seguir transcrito integra a Apologia Maior de Justino, que é uma defesa dos cristãos, os quais eram “injustamente odiados e caluniados”⁴⁸, perante o imperador romano Antonino Pio. A integridade dos cristãos era, consoante argumenta Justino, uma prova incontestada da irracionalidade de submetê-los ao martírio apenas pelo fato de serem chamados cristãos. No início do documento, o apologista sustenta: “Não se deve julgar que alguém seja bom ou mau por levar um nome, se prescindimos das ações que tal nome supõe. Além disso, se examina aquilo que de nos acusam, somos os melhores homens”.⁴⁹

Um dos esclarecimentos que o autor faz ao imperador é sobre como se davam as primeiras instruções às pessoas que passavam a crer em Jesus Cristo. Examine-se como Justino descreve o processo pelo qual alguém se tornava cristão e era inserido na comunidade de fé:

Todos os que se convencem e acreditam que são verdadeiras essas coisas que nós ensinamos e dizemos, e prometem que poderão viver de acordo com elas, são instruídos, em primeiro lugar, para que com jejum orem e peçam perdão a Deus por seus pecados anteriormente cometidos, e nós oramos e jejuamos juntamente com eles. Depois os conduzimos a um lugar onde haja água e pelo mesmo banho da regeneração, como que também nós fomos regenerados, eles são regenerados, pois então tomam na água o banho em nome de Deus, Pai soberano do universo, e de nosso Salvador Jesus Cristo e do Espírito Santo.⁵⁰
[...]

⁴⁷ JUSTINO, 1995, p. 74 (59.1).

⁴⁸ JUSTINO, 1995, p. 19 (1.1).

⁴⁹ JUSTINO, 1995, p. 4 (4.1).

⁵⁰ JUSTINO, 1995, p. 76 (61.2,3).

Esse banho chama-se iluminação, para dar a entender que são iluminados os que aprendem essas coisas. O iluminado se lava também em nome de Jesus Cristo, que foi crucificado sob Pôncio Pilatos, e no nome do Espírito Santo, que, por meio dos profetas, nos anunciou previamente tudo o que se refere a Jesus.⁵¹

[...]

De nossa parte, depois que assim foi lavado aquele que creu e aderiu a nós, nós o levamos aos que se chamam irmãos, no lugar em que estão reunidos, a fim de elevar fervorosamente orações em comum por nós mesmos, por aquele que acaba de ser iluminado e por todos os outros espalhados pelo mundo inteiro, suplicando que nos conceda, já que conhecemos a verdade, ser encontrados por nossas obras como homens de boa conduta e observantes do que nos mandaram, e assim consigamos a salvação eterna. Terminadas as orações, nos damos mutuamente o ósculo da paz. Depois àquele que preside aos irmãos é oferecido pão e uma vasilha com água e vinho; pegando-os, ele louva e glorifica ao Pai do universo através do nome de seu Filho e do Espírito Santo, e pronuncia uma longa ação de graças, por ternos concedido esses dons que dele provém. Quando o presidente termina as orações e a ação de graças, todo o povo presente aclama, dizendo: “Amém”. [...] Depois que o presidente deu ação de graças e todo o povo aclamou, os que entre nós se chamam ministros ou diáconos dão a cada um dos presentes parte do pão, do vinho e da água sobre os quais se pronunciou a ação de graças e os levam aos ausentes.⁵²

[...]

Depois dessa primeira iniciação, recordamos constantemente entre nós essas coisas e aqueles de nós que possuem alguma coisa socorrem todos os necessitados e sempre nos ajudamos mutuamente.⁵³

A confiabilidade da narrativa advém do fato de que, se o Justino buscava convencer os governantes destinatários da carta que os cristãos possuíam um comportamento irreprovável, seria natural e lógico que tivesse usado de boa-fé. Do contrário, uma vez investigado se realmente era assim e constatada a

⁵¹ JUSTINO, 1995, p. 77 (61.12,13).

⁵² JUSTINO, 1995, p. 81,82 (65.1-5).

⁵³ JUSTINO, 1995, p. 83 (67.1).

falsidade da alegação, as acusações se acirrariam, agora com o adicional de que os cristãos tentaram enganar as autoridades com mentiras a respeito deles. Com razão, porquanto faz uma apologia da fé cristã a partir de suas virtudes, Justino não poderia mentir, ou então correria o risco de obter o resultado inverso do pretendido: agravar ainda mais a situação dos cristãos, que, à época e naquele contexto, eram submetidos a um julgamento injusto. Isso aponta para um retrato confiável da práxis discipuladora das comunidades cristãs conhecidas por Justino.

Quanto ao texto, Justino escreve como um cristão “comum” (“um deles”, ele diz de si mesmo em 1.1), e não como um líder eclesial. Portanto, esse “nós” que conjuga os verbos “ensinar” e “instruir” – ações que ultrapassam o primeiro anúncio – refere-se a todos os cristãos. Os oficiais da igreja também são mencionados, mas não como praticantes exclusivos dessas tarefas. Segundo a narrativa, a introdução do novo seguidor de Jesus na comunidade (os “irmãos”) acontecia depois do batismo, e “aquele que preside” (provável alusão aos presbíteros), bem como “os diáconos ou ministros” – aparentemente duas formas de descrever o mesmo ministério – só aparecem no culto dominical; e a fraternidade comunitária, em seguida ao culto. O novo cristão já havia sido tornado discípulo, ensinado e instruído, antes de ser apresentado aos líderes eclesiais. O mandato discipular de Mateus 28.19,20 estava ao alcance de todo cristão.

Ressalte-se mais uma vez que a Apologia visava à defesa de todos os crentes, e não apenas dos presbíteros. De fato, todos os que se chamavam cristãos estavam sujeitos às falsas acusações. Justino se preocupou em cientificar o Imperador acerca de tudo aquilo de que um seguidor de Jesus poderia ser indevidamente acusado, inclusive de influenciar outra pessoa a se tornar cristã e instruí-la na fé. Não é difícil imaginar o Imperador inquirindo um cristão leigo sobre sua conduta enquanto compara o depoimento com a versão oferecida pelo apologista. Nesse caso, não só o cristão seria posto à prova, como também a própria veracidade da Apologia de Justino, a quem não interessava qualquer divergência de testemunhos. Ademais, se a ação de tornar um pagão um discípulo de Jesus Cristo fosse reservada aos presbíteros, não faria sentido acrescentar a todos os cristãos mais essa acusação.

Tudo parece indicar que, para Justino, inobstante haver presbíteros e diáconos na Igreja, cada cristão poderia fazer um discípulo, não apenas

comunicando-lhe o evangelho (primeiro anúncio), mas também ensinando-lhe de que modo convinha viver à luz dos ensinamentos de Jesus Cristo (cf. Mt 28.20). Ou seja, até o segundo século – ao menos nas comunidades de fé do contexto de Justino –, muito embora já presente o embrião do entendimento de que apenas os apóstolos e seus sucessores seriam os destinatários da ordem de Jesus em Mateus 28.19, é possível inferir que todo cristão poderia se encontrar na posição de discipular alguém.

4. A REDESCOBERTA DO MANDATO DISCIPULAR DE TODO CRISTÃO E A SUPERAÇÃO DO CLERICALISMO

Como visto, a aplicação de Mateus 28.19 como fundamento para a missão discipuladora de cada cristão, que hoje soa óbvia, nem sempre foi acolhida na história da missiologia. No contexto de missões modernas, encontra-se uma retomada da perspectiva neotestamentária no inglês William Carey, que, em 1792, defendeu a vigência de tal ordem de Jesus como obrigatória a todos os cristãos, ministros e leigos. No artigo intitulado *Uma investigação sobre as obrigações dos cristãos de usarem todos os meios para a conversão dos pagãos*, Carey asseverou, entre outros argumentos, que “caso a ordem de Cristo, de fazer discípulos de todas as nações, se restring[isse] aos apóstolos, então, sem dúvida alguma, a promessa da presença divina nessa tarefa também deve estar limitada aos apóstolos”.⁵⁴

Tal entendimento desafiou a antiga tese consagrada pela patrística e ratificada por Martinho Lutero: de que Mateus 28.19 havia sido entregue apenas aos “Doze”, e que os únicos que teriam sido chamados a fazer discípulos seriam os bispos e pastores, na qualidade de sucessores deles. De modo análogo, João Calvino advogou que a ordem contida naquele verso poderia ser exercida apenas por ministros ordenados, com uma exceção: naqueles lugares onde ainda não houvesse uma igreja estabelecida e um oficial ordenado, um missionário leigo poderia cumprir Mateus 28.19,20; mesmo assim, em caráter temporário, ou seja, até que um ministro formalmente instituído tivesse sido enviado ao local.⁵⁵ Para Mark Ellis, Calvino “teria rejeitado a ideia que a vocação

⁵⁴ CAREY, William. “Uma investigação sobre o dever dos cristãos”. In: WINTER, Ralph D. (ed.). **Perspectivas no movimento cristão mundial**. São Paulo: Vida Nova, 2009, p. 293.

⁵⁵ ELLIS, Mark. “O espanto da Grande Comissão”. In: **Sistemática Equatorial**. Faculdade Teológica Batista Equatorial, n. 1, Ano 2. Belém, PA: 2014, p. 10,11.

missionária era obrigatória para todos os membros das igrejas locais”.⁵⁶

Rompendo com esse paradigma, William Carey usou Mateus 28.19 para convencer os batistas particulares ingleses quanto à necessidade de empreenderem esforços para a evangelização das nações pagãs. A partir de Carey, prevalece nos dias atuais – inclusive entre os católicos, como visto – a noção de que, embora os presbíteros e mestres sejam vocacionados de forma especial a pregar e ensinar na igreja, cada cristão deve cumprir Mateus 28.19,20. Hoje já se entende que o chamado distinto dos ministros ordenados não subtrai a aplicação de Mateus 28.19 a todos os cristãos; pelo contrário, fortalece-a na perspectiva de que os pastores devem preparar e impulsionar os crentes à missão de fazer discípulos (cf. Ef 4.11). Como sustenta o teólogo batista contemporâneo Mark Dever, “o ensino da Palavra por parte do pastor consiste no cerne do ministério de discipular da igreja; ele fornece o alimento e a água que nutrem todos os outros relacionamentos de discipulado dentro dela”. E completa: “eles discipulam os membros para que os membros possam discipular”.⁵⁷

Em que pese a massiva contribuição de Carey para a missão cristã, a reviravolta missiológica por ele aventada não pode ser considerada uma inovação teológica, mas a redescoberta de um tesouro que havia sido soterrado por séculos de clericalismo. O mesmo clericalismo que tem sido questionado inclusive no contexto católico, em especial pelo Papa Francisco, o qual, na senda de fomentar o papel do leigo na evangelização, leciona: “em todos os batizados, desde o primeiro ao último, actua a força santificadora do Espírito que impele a evangelizar”.⁵⁸ Mais recentemente, o Pontífice, tendo a missão da Igreja e o sacerdócio comum dos fiéis como pano de fundo, denunciou:

Não podemos refletir sobre o tema do laicado ignorando uma das maiores deformações que a América Latina deve enfrentar — e para a qual peço que dirijais uma atenção particular — o clericalismo. Esta atitude não só anula a personalidade dos cristãos, mas tende também a diminuir e a subestimar a graça batismal que o Espírito Santo pôs no coração do nosso povo. O clericalismo leva a uma homologação do laicado; tratando-o como «mandatário»

⁵⁶ ELLIS, 2014, p. 13.

⁵⁷ DEVER, Mark. **Discipulado**: como ajudar outras pessoas a seguir Jesus. São Paulo: Vida Nova, 2016, p. 70.

⁵⁸ DEVER, 2016, §119.

limita as diversas iniciativas e esforços e, ousaria dizer, as audácias necessárias para poder anunciar a Boa Nova do Evangelho em todos os âmbitos da atividade social e, sobretudo, política. O clericalismo, longe de dar impulso aos diversos contributos e propostas, apaga pouco a pouco o fogo profético do qual a inteira Igreja está chamada a dar testemunho no coração dos seus povos. O clericalismo esquece que a visibilidade e a sacramentalidade da Igreja pertencem a todo o povo de Deus (cf. *Lumen gentium*, 9-14) e não só a poucos eleitos e iluminados.⁵⁹

A contundente crítica sinaliza um novo tempo para a missiologia cristã, quando se passa a questionar qualquer postulado teológico ou iniciativa pastoral que tencione retirar do cristão “comum” o chamado, outorgado pelo Senhor Jesus, de fazer discípulos e ensinar-lhes tudo o que o Mestre ordenou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma teologia da missão cristã que parta de uma cisão entre um mandato evangelístico (primeiro anúncio), que competiria a todo cristão, e um mandato discipular (instrução na fé), de atribuição exclusiva do clero, não é coerente com o Novo Testamento nem com a prática dos primeiros cristãos. O resgate, para os dias atuais, da missão de cada cristão à luz de Mateus 28.19 aponta para um sentido de discipulado missionário em que o leigo seja encorajado a desenvolver o que se poderia chamar de amizade discipuladora, uma relação de influência, um a um, que torne alguém discípulo de Jesus por meio de admirar sua conduta de vida e imitar sua fé, como nos primórdios. Uma amizade discipuladora também aplicável aos cristãos da atualidade, e que, como se procurou demonstrar, está em conformidade com as fontes bíblicas e patrísticas da missão discipuladora individual dos seguidores de Jesus.

Não que se atreva a enfraquecer ou suprimir o ensino formal, tampouco ignorar a distribuição graciosa dos diversos dons pelo Espírito Santo à igreja. Uma coisa não anula a outra. O discipulado cristão deve ser desenvolvido tanto na comunidade, por meio da educação na fé estruturada e oferecida pela igreja, como em meio aos relacionamentos interpessoais de todo cristão

⁵⁹ FRANCISCO. **Carta do Papa Francisco ao Cardeal Marc Ouellet**, Presidente Da Pontifícia Comissão para a América Latina. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2016/documents/papa-francesco_20160319_pont-comm-america-latina.html>. Acesso em 30 de outubro de 2018.

infiltrado na sociedade em busca de fazer discípulos.

Enfim, muito há para ser escavado e desvendado para uma leitura verdadeiramente laical de Mateus 28.19. Porém, já é possível ponderar que, para um verdadeiro retorno às fontes, o ponto de partida deverá ser o Novo Testamento, e não o catecumenato instaurado sob a égide de um clero em formação. Não deverá partir da simples descentralização da educação cristã oficial, isto é, da outorga ao leigo de parcela da autoridade catequética (ou discipuladora) atribuída aos bispos na qualidade de sucessores dos apóstolos. Aliás, tal entendimento seria contraditório à interpretação hoje reinante de Mateus 28.19,20, segundo a qual a vocação para fazer discípulos foi endereçada a cada cristão e decorre do próprio mandato do Senhor, o que torna qualquer outra nomeação desnecessária – para não dizer usurpadora. Seria nada mais do que reafirmar a mesma teologia elitizante que, por séculos, reservou ao clero a prerrogativa de cumprir o referido mandato em detrimento do chamado discipular de todo cristão.

É preciso ir além: voltar ao Novo Testamento; compreender que todo cristão é vocacionado a ser mais do que um “mero” comunicador da Boa-Nova, ou um promotor do primeiro anúncio que depois saia de cena para dar lugar a um bispo, presbítero, catequista ou discipulador investido na função. Sem prejuízo da educação cristã comunitária, é preciso devolver ao leigo o privilégio de fazer discípulos, de discipular. Afinal, se a ordem expressa em Mateus 28.20 se limitasse a ensinar o que o Senhor Jesus mandou, então o ensino público da igreja bastaria. Mas não é assim na redação de Mateus. Repare-se que o texto diz “ensinando-os a observar”. E isso exige, mais do que uma educação informativa que a Igreja disponibilize por intermédio de seus pastores e mestres, uma vivência lado a lado, de longo prazo, fundamentada na amizade e na imitação.

REFERÊNCIAS

BOSCH, David J. **Missão transformadora: mudanças de paradigma na teologia da missão**. 3.ed. São Leopoldo: EST/Sinodal, 2002.

CAREY, William. “Uma investigação sobre o dever dos cristãos”. In: WINTER, Ralph D. (ed.). **Perspectivas no movimento cristão mundial**. São Paulo:

Vida Nova, 2009. p. 291-299.

CARVALHO, Diogo. **Relacionamento discipulador**: uma teologia da vida discipular. Rio de Janeiro: Junta de Missões Nacionais, 2015.

DEVER, Mark. **Discipulado**: como ajudar outras pessoas a seguir Jesus. São Paulo: Vida Nova, 2016.

ELLIS, Mark. “O espanto da Grande Comissão”. In: **Sistemática Equatorial**. Faculdade Teológica Batista Equatorial, n. 1, Ano 2. Belém, PA: 2014. p. 7-25.

FRANCISCO. **Carta do Papa Francisco ao Cardeal Marc Ouellet, Presidente da Pontifícia Comissão para a América Latina**. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2016/documents/papa-francesco_20160319_pont-comm-america-latina.html>. Acesso em 30 de outubro de 2018.

FRANCISCO. **Evangelii Gaudium** (24. Nov. 2013). Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html>. Acesso em 12 de novembro de 2018.

GREEN, Michael. **Evangelização na igreja primitiva**. São Paulo: Vida Nova, 2000.

HÄGGLUND, Bengt. **História da Teologia**. Porto Alegre: Concórdia, 1981, p. 22.

HINSON, E. Glenn. SIEPIERSKY, Paulo. **Vozes do cristianismo primitivo**. São Paulo: SEPAL.

IRINEU DE LIÃO. **Contra as heresias** [Introdução, notas e comentários Helcion Ribeiro: organização das notas bíblicas Roque Frangiotti; tradução Lourenço Costa]. São Paulo: Paulus, 1995.

IRINEU DE LIÃO. **Demonstração da pregação apostólica** / Irineu de

Lyon; [traduzido por Ari Luis do Vale Ribeiro]. São Paulo: Paulus, 2014. – (Coleção Patrística).

JAEGER, Werner. **Cristianismo primitivo e paideia grega**. Tradução Daniel da Costa. Santo André: Academia Cristã, 2014.

JUSTINO, Mártir. **Santo Justino de Roma: I e II apologias: diálogo com Trifão** [introdução e notas Roque Frangiotti; tradução Ivo Storniolo, Euclides M. Balacin]. São Paulo: Paulus, 1995. (Patrística).

LEMAIRE, André. **Os ministérios na Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1997.

LIMA, Luiz Alves de. **A catequese do Vaticano II aos nossos dias: a caminho de uma catequese a serviço da Iniciação à Vida Cristã**. São Paulo: Paulus, 2016.

MCDANIEL, Geo. W. **As igrejas do Novo Testamento**. 4.ed. Rio de Janeiro: JUERP, 1982.

PADILLA, René C. **O que é missão integral?** Viçosa: Ultimato, 2009.

PADRES APOLOGISTAS. **Introdução e notas explicativas Roque Frangiotti**. Tradução Ivo Storniolo, Euclides M. Balacin. São Paulo: Paulus, 1995.

PADRES APOSTÓLICOS. **Introdução e notas explicativas Roque Frangiotti**. Tradução Ivo Storniolo, Euclides M. Balacin. São Paulo: Paulus, 1991.

STOTT, John. **O discípulo radical**. Viçosa: Ultimato, 2011.

THEISSEN, Gerd. **Sociologia do Movimento de Jesus**. 2.ed. São Leopoldo: Sinodal, 1997.



A Revista Batista Pioneira está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição - Não Comercial - Sem Derivações - 4.0 Internacional